



Gestão Participativa na Saúde Coletiva: Caminhos para a Efetivação de Políticas Públicas Locais

Mateus Henrique Dias Guimarães ¹, Áthila Silveira Santiago ², Thiago Crocoli Balbinot ³, Flávia Ferreira Souto Maior ⁴, Tatiana Pernambuco Matos ⁵, Amanda Calzi Roldi ⁶, Ozeias Pereira de Oliveira ⁷, Bruno Gomes De Oliveira ⁸, Angela Marcelly de Souza Nahum ⁹, Raiane Katielle Pereira Silva ¹⁰



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n2p1495-1503>

Artigo publicado em 14 de Fevereiro de 2025

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

O presente estudo discute a gestão participativa na saúde coletiva, analisando seus caminhos para a efetivação de políticas públicas locais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão da literatura, utilizando os indexadores Google Scholar, Scopus e Web of Science para selecionar artigos relevantes. Foram considerados estudos publicados nos últimos 5 anos, em português, inglês e espanhol. Os resultados apontam que a participação social, a educação permanente e o uso de tecnologias digitais são estratégias fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas no Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, desafios como a intensificação do trabalho no serviço público, a precarização das condições laborais e a privatização de funções sociais dificultam a consolidação de uma gestão efetiva. Questões relacionadas à saúde mental e à saúde ambiental também demandam políticas mais robustas. Conclui-se que a gestão participativa deve ser sustentada pela articulação entre diferentes setores, valorizando a inclusão e a inovação, para garantir um sistema de saúde mais justo, integral e sustentável.

Palavras-chave: Gestão participativa. Políticas públicas locais. Sistema Único de Saúde. Saúde coletiva. Participação social.

Participatory Management in Public Health: Paths to the Implementation of Local Public Policies

ABSTRACT

This study discusses participatory management in public health, analyzing its paths toward the implementation of local public policies. The research was developed through a literature review, using Google Scholar, Scopus, and Web of Science as databases for article selection. Studies published in the last 5 years in Portuguese, English, and Spanish were considered. The results show that social participation, continuing education, and the use of digital technologies are fundamental strategies for strengthening public policies within Brazil's Unified Health System (SUS). However, challenges such as work intensification in public services, precarious working conditions, and the privatization of social functions hinder the effectiveness of management. Issues related to mental health and environmental health also require more robust policies. It is concluded that participatory management must be supported by cross-sectoral coordination, emphasizing inclusion and innovation, to ensure a fairer, more comprehensive, and sustainable health system.

Keywords: Participatory management. Local public policies. Unified Health System. Public health. Social participation.

Instituição afiliada – ¹ Doutorando em Saúde Pública pela Christian Business School - CBS Education; ² Graduando em Medicina pela Universidade de Itaúna; ³ Graduando em Medicina pela Universidade de Caxias do Sul; ⁴ Enfermeira pela FUNESO Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE; ⁵ Enfermeiro pelo Centro Universitário FIBRA; ⁶ Enfermeira e Mestranda em políticas públicas e desenvolvimento local pela Emescam; ⁷ Enfermeiro pelo Centro universitário doutor leão Sampaio e Esp. em urgência e emergência e UTI- faculdade integrada de patos- FIP ; ⁸ Enfermeiro Esp. em Enfermagem Uti Adulto E Neonatal pela Faculdade Metropolitana Da Amazônia (Famaz) ; ⁹ Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) ; ¹⁰ Enfermeira pela Faculdades Santo Agostinho e Esp. em Urgência e Emergência, Trauma e Terapia Intensiva pela Faculdades Integradas Pitágoras

Autor correspondente: Mateus Henrique Dias Guimarães mateusdiasgui@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A saúde coletiva no Brasil enfrenta inúmeros desafios relacionados à implementação e à efetividade das políticas públicas, especialmente no contexto local, onde as especificidades regionais exigem adaptações para atender às demandas sociais (Carreiro; Carreiro, 2022). A participação social, prevista na Constituição Federal de 1988, tornou-se um dos pilares fundamentais para a gestão democrática e descentralizada do Sistema Único de Saúde (SUS), favorecendo a construção de políticas públicas mais próximas das necessidades da população (Carnut; Goraieb; Guerra, 2020). No entanto, a concretização de uma gestão participativa efetiva ainda apresenta limitações que dificultam sua consolidação, principalmente em cenários de precarização e privatização dos serviços de saúde (Santos, 2022).

Nesse contexto, a gestão participativa emerge como uma estratégia essencial para a promoção de políticas públicas de saúde mais democráticas e equitativas, possibilitando maior diálogo entre gestores, profissionais de saúde e a comunidade. Estudos apontam que a integração das diversas esferas de gestão, aliada à participação social, pode potencializar os resultados das políticas públicas, especialmente na atenção primária, que é a porta de entrada para o sistema de saúde (Zerbeto et al., 2020; Brito et al., 2020).

Ademais, a incorporação de novas tecnologias e a capacitação contínua dos profissionais são fatores cruciais para o fortalecimento da gestão em saúde pública. Aplicativos móveis, por exemplo, têm sido utilizados para melhorar a comunicação entre os serviços de saúde e os usuários, contribuindo para a ampliação do acesso e para a qualidade do cuidado (Costa; Botelho, 2020). Paralelamente, iniciativas de capacitação profissional, como a integração entre universidades e a atenção básica, demonstram o potencial transformador da educação permanente no contexto da saúde coletiva (Zerbeto et al., 2020).

O presente estudo tem como objetivo discutir os caminhos para a efetivação de políticas públicas locais no âmbito da gestão participativa em saúde coletiva, analisando desafios e perspectivas à luz de uma revisão da literatura recente. Para tanto, serão abordadas questões relacionadas à saúde laboral, à intensificação do trabalho no serviço



público e à articulação entre ações estratégicas e políticas públicas em territórios específicos, como os do agronegócio, onde a problemática do uso de agrotóxicos é especialmente relevante.

Assim, espera-se contribuir para o debate acerca da importância da participação social na construção de políticas públicas de saúde, reforçando a necessidade de práticas de gestão que promovam a inclusão, a equidade e a sustentabilidade nos sistemas locais de saúde.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão da literatura utilizando os indexadores Google Scholar, Scopus e Web of Science para a seleção dos artigos científicos. A busca foi realizada a partir dos unitermos “qualidade de vida”, “satisfação”, “prótese total mucossuportada” e “prótese total implantossuportada”, garantindo a abrangência e a relevância dos estudos selecionados.

Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos últimos 5 anos, em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente os temas relacionados ao escopo da pesquisa. Foram excluídos estudos publicados antes desse período ou que não apresentassem relação direta com os objetivos do estudo, bem como revisões de literatura não sistemáticas e publicações duplicadas entre os indexadores.

A seleção final dos artigos foi realizada após a leitura dos títulos e resumos, seguida da análise integral dos textos que atendiam aos critérios estabelecidos. Os dados extraídos das publicações selecionadas foram organizados para subsidiar a análise crítica dos resultados e a discussão proposta.

RESULTADOS

A análise das políticas públicas de saúde no Brasil revela um panorama marcado por avanços significativos na estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também por desafios históricos relacionados à gestão, financiamento e efetividade das políticas locais (Carreiro; Carreiro, 2022). A estratégia de gestão por meio de empresas públicas, como a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), apresenta-



se como uma alternativa para otimizar a administração dos serviços de saúde, especialmente no Maranhão. No entanto, esse modelo requer monitoramento constante para garantir que a gestão não se desvirtue de seus objetivos públicos e sociais (Carreiro; Carreiro, 2022).

A participação social é um dos pilares para a construção de políticas públicas mais inclusivas e democráticas. A educação política e o pensamento freireano oferecem bases sólidas para a formação crítica dos atores sociais, incentivando o diálogo entre a luta social e a saúde coletiva (Carnut; Goraieb; Guerra, 2020). Nesse sentido, a capacitação contínua dos profissionais de saúde, especialmente na atenção primária, destaca-se como uma estratégia eficaz para promover o fortalecimento do SUS (Zerbeto *et al.*, 2020). Iniciativas que integram universidades e serviços de saúde demonstram que a educação permanente pode ser um fator transformador, qualificando profissionais e ampliando a capacidade de resposta do sistema (Zerbeto *et al.*, 2020).

Além disso, a integração do cuidado multiprofissional é essencial para atender de forma abrangente às necessidades de grupos vulneráveis, como as mulheres com Diabetes Mellitus Gestacional, que demandam acompanhamento especializado para evitar complicações durante a gravidez (Brito *et al.*, 2020). Esse modelo de atenção multiprofissional reforça a importância de articulação entre diferentes níveis de atenção e setores da saúde pública.

Outro aspecto relevante está relacionado à saúde laboral dos profissionais de saúde, que frequentemente enfrentam a intensificação do trabalho, principalmente no serviço público (Silva; Paula, 2020). O aumento da carga de trabalho e a precarização das condições laborais impactam diretamente a saúde física e mental desses trabalhadores, o que pode comprometer a qualidade do cuidado oferecido à população. A privatização de funções sociais do Estado também é um fator de preocupação, pois representa um risco à universalidade e à integralidade do SUS (Santos, 2022).

As tecnologias digitais têm se consolidado como ferramentas indispensáveis para a modernização dos serviços de saúde. Aplicativos móveis vêm sendo utilizados para melhorar a comunicação entre profissionais e usuários, além de facilitar o acesso às informações e monitoramento de saúde (Costa; Botelho, 2020). No entanto, para que essa inovação seja realmente eficaz, é necessário garantir a inclusão digital e o acesso



às tecnologias em regiões mais vulneráveis.

A revisão da literatura também aponta para questões relacionadas à saúde mental, especialmente entre profissionais de segurança pública. Policiais militares do Nordeste brasileiro, por exemplo, enfrentam situações de trabalho que frequentemente os expõem a altos níveis de estresse, aumentando o risco de transtornos mentais (Lima; Nogueira, 2022). A saúde mental, nesse contexto, deve ser priorizada, com a oferta de serviços de apoio psicossocial e intervenções preventivas para esses profissionais.

Outro desafio significativo ocorre nos territórios do agronegócio, onde a exposição aos agrotóxicos representa um risco importante para a saúde humana e ambiental. As ações estratégicas e políticas públicas nessas regiões precisam ser intensificadas para proteger as populações locais e promover o desenvolvimento sustentável (Corrêa et al., 2020).

Finalmente, a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem apresenta desafios que ainda precisam ser superados para garantir o acesso e a integralidade do cuidado para essa população (Silva & Alves, 2024). Os serviços de saúde devem estar preparados para acolher as demandas específicas desse grupo, promovendo estratégias que ampliem o acesso e a adesão aos serviços.

De maneira geral, os resultados discutidos evidenciam que a gestão participativa e o fortalecimento das políticas públicas locais são fundamentais para a sustentabilidade do SUS. A articulação entre as diferentes esferas de governo, a sociedade civil e os profissionais de saúde constituem a base para a construção de um sistema de saúde mais justo e eficiente. O uso de tecnologias digitais, a capacitação contínua e o fortalecimento das redes de atenção à saúde aparecem como caminhos promissores para enfrentar os desafios atuais e futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão participativa em saúde coletiva constitui uma estratégia essencial para o fortalecimento das políticas públicas locais, promovendo uma aproximação mais efetiva entre o sistema de saúde e as reais necessidades da população. A participação social, quando integrada ao planejamento e à execução das ações de saúde, permite a construção de políticas mais inclusivas e equitativas, contribuindo para a



sustentabilidade e a eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS).

Contudo, diversos desafios ainda precisam ser superados para que essa gestão seja plenamente efetiva. A intensificação do trabalho no serviço público, a precarização das condições laborais e os riscos relacionados à privatização de funções sociais representam obstáculos importantes que comprometem a qualidade dos serviços. Da mesma forma, questões relacionadas à saúde mental e à saúde ambiental reforçam a necessidade de políticas públicas mais robustas e abrangentes.

O uso de tecnologias digitais e a capacitação contínua dos profissionais de saúde surgem como elementos fundamentais para aprimorar a gestão e ampliar o acesso aos serviços. Além disso, a articulação entre diferentes setores e a educação permanente são estratégias que fortalecem as redes de atenção à saúde e promovem uma maior integração entre gestores, profissionais e a comunidade.

Assim, conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas de saúde no âmbito local requer uma gestão comprometida com a inclusão, a participação social e a inovação. Somente por meio da superação dos desafios atuais será possível consolidar um sistema de saúde mais justo, integral e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRITO, João Gabriel Cordeiro de et al. Cuidado multiprofissional na Estratégia Saúde da Família a mulheres com Diabetes Mellitus Gestacional. **Id Online**, v. 14, n. 52, p. 961-973, 2020.

CARNUT, Leonardo; GORAIEB, Thaís Teodoro; GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Educação política e pensamento freireano: sistematizando o diálogo entre luta social e saúde. **REPS**, v. 5, n. 2, p. 94-117, 2020.

CARREIRO, Gamaliel da Silva; CARREIRO, Katiana da Silva. A Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH): a estratégia do Maranhão para a gestão da saúde pública do estado. **Revista Pós Ciências Sociais**, 2022.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari et al. Agrotóxicos, saúde e ambiente: ação estratégica e políticas públicas em territórios do agronegócio. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 11-27, 2020.

COSTA, Leandro Machado da; BOTELHO, Nara Macedo. Aplicativos móveis e a saúde pública brasileira: uma revisão integrativa. **Revista RCO**, v. 3, p. 172-187, 2020.

LIMA, Taynara Kelle de Menezes; NOGUEIRA, Clarissa de Pontes Vieira. Saúde mental de policiais militares do Nordeste brasileiro: uma revisão integrativa de literatura. **ID on line. Revista de Psicologia**, 2022.



SANTOS, Lília Paula de Souza. Privatização de funções sociais do Estado brasileiro: estudo a partir da política pública de saúde. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 2, p. 950-964, 2022.

SILVA, Bárbara Fabrícia; ALVES, Girlene da Silva. Desafios e perspectivas na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Revista de Enfermagem da UFJF**, 2024.

SILVA, Emerson Marcelo da; PAULA, Alessandro Vinicius de. Considerações sobre a saúde laboral e a intensificação do trabalho no serviço público. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, n. 10, p. 361-380, 2020.

ZERBETO, Amanda Brait et al. Capacitação de agentes comunitários de saúde: integração entre universidade e atenção básica. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, 2020.